

Teorias e métodos a partir do pós-estruturalismo – uma introdução ao tema da ciência e do discurso

Cristiana Losekann (Professora Adjunta do DCSO e PGCS – UFES)

Início a primeira discussão do nosso colóquio comentando o tema escolhido: “Teorias e métodos a partir do pós-estruturalismo”. Minha fala partirá desse tema, tomando como elemento norteador a questão da ciência, mas procurarei também introduzir elementos das teorias do discurso, apresentando algumas características elementares, conceitos e autores principais.

Pensar esse tema é necessariamente colocar em questão os métodos escolhidos pelo pesquisador na sua investigação. Significa pensar nas implicações teóricas do método e, portanto, pensar quais os métodos mais adequados tendo em vista nossos pressupostos teóricos e epistemológicos. Em uma abordagem pós-estruturalista significa, além disso, colocar em cheque a própria construção do conhecimento científico, seus métodos, técnicas, sua posição em relação a outros conhecimentos e a sua eficácia na sociedade. Isso implica, ainda, em evidenciar a posição do pesquisador, seus compromissos, seus contextos, suas contingências.

Sendo assim, andaremos, no caminho que Stuart Hall chamou de “interior da ciência” para atravessar suas fronteiras e percebê-la como *parte* do processo de construção do conhecimento, mas não como sua única fonte. Poderíamos também pensar a partir de uma metáfora, que nossa tarefa seria como a de analistas de mecanismos, nós examinamos o espaço onde engrenagens são dispostas, articuladas e postas em operação. Nesse sentido, teríamos que nos perguntar: o que determina as posições das engrenagens? O que confere sentido para suas rotações? O que produz seus movimentos? Quais os efeitos dessa engrenagem?

Assim como pensamos nas engrenagens, peças e ligações, podemos igualmente pensar nos conceitos no interior de diferentes matrizes teóricas. As respostas a essas questões, e elas próprias, são objetos da sociologia do conhecimento, da filosofia do conhecimento ou, simplesmente, da epistemologia das ciências.

Portanto, aos desavisados logo alerta: não se trata aqui de um curso de aprendizado para operação de uma técnica de pesquisa específica; tampouco de

instrumentalização em um método que possa ser meramente aplicado em uma pesquisa ou análise. Como já foi dito, qualquer que seja a escolha metodológica do pesquisador, ela implica em aspectos teóricos, e vice-versa. No caso do pós-estruturalismo essa implicação está no próprio questionamento da ciência enquanto lugar de enunciação da verdade. Assim, como veremos com Chantal Mouffe e Ernesto Laclau, não se aprende uma técnica para analisar discursos, tampouco, resume-se esta a um método; “técnica”, “método”, “ciência”, são discursos.

Mas, então, o realizamos quando empreendemos uma análise de discurso? Munimo-nos de conceitos (existem várias teorias do discurso, é necessário optar por alguma delas), através desses conceitos provocamos uma análise desconstrutivista capaz de evidenciar a natureza discursiva de determinados fenômenos. Através desta análise do discurso também podemos entender as articulações que produzem discursos e que tornam os mesmos mais, ou menos, eficazes, além de analisar suas consequências do ponto de vista social.

Se, ciência, método e técnica são discursos, também podem ser analisados. Nesse sentido os pesquisadores pós-estruturalistas nos ensinaram que as limitações disciplinares são construções. Assim, respeitar rigorosamente os limites de uma disciplina é seguir uma ordem discursiva específica e responder a esta. O analista de discursos é por excelência um pesquisador interdisciplinar que percebe a artificialidade das fronteiras disciplinares e transita entre elas. Pode ser também, um pesquisador transdisciplinar como, Arturo Escobar e o Grupo Modernidade/Colonialidade convidam-nos a ser. Dessa forma, em percebendo a artificialidade das fronteiras disciplinares ele (o pesquisador) age no sentido de desmanchá-las ou matizá-las.

Mas, se a ciência se constitui como um discurso, quais suas características centrais?

Primeiramente, podemos dizer que a ciência se constitui como um **discurso sem sujeito**, mas, além disso, ela pretende a verdade, portanto se apresenta como um **antidiscorso**. O primeiro aspecto pode ser facilmente vislumbrado na eliminação total do pesquisador enquanto sujeito do texto científico, usa-se de preferência, na escrita, a impessoalidade ou a 1ª pessoa do plural (nós). O segundo aspecto, é produzido justamente pela construção apartada entre sujeito e objeto, e a suposição de um acesso direto à objetividade. Assim, o conhecimento científico cria o efeito de ser independente de qualquer posição de sujeito (PINTO, 1988).

O discurso da ciência é fundamentalmente institucional. É a instituição que confere poder ao cientista. Não existe cientista sem institucionalidade. Experimentem convidar para uma banca de defesa de mestrado e doutorado um cientista que não tenha vínculo institucional... não será permitido.

Mas, o que é o discurso, mesmo?

O conceito de discurso no sentido inaugural, no campo da Linguística de Saussure sugere que esses “são as formas de apropriação pelo indivíduo falante do universo da língua” (PINTO, 1988). Inúmeras são as discussões teóricas a esse respeito, mas o desenvolvimento proposto por Kristeva é amplamente reconhecido. Temos a partir dela, então, a ideia de que o discurso é a manifestação da língua no interior da comunicação e que implica na participação do sujeito.

Do ponto de vista sociológico Laclau e Mouffe (1986) sugerem que o que interessa é o discurso enquanto fenômeno social. Mas, já podemos perceber que qualquer uma dessas abordagens toma a linguagem como aspecto fundamental. As práticas linguísticas seriam correspondentes às práticas sociais. Nesse sentido, só conseguimos existir, agir, pensar, significar, entender, explicar a partir da linguagem. Fora desta nada existe, não há sentido. Como sugeriu Foucault, a palavra institui a coisa (1995). Para Laclau e Mouffe o discurso é a materialização das práticas na linguagem (1986).

Com isso, um aspecto fundamental de implicação epistemológica pode ser pensado: a noção de discurso rompe com qualquer dicotomia entre o real e aparente; entre o material e o pensamento. Os autores com os quais pensamos neste dia, rompem não apenas com a afirmação de que a razão possa acessar qualquer objetividade, mas, além disso, querem sugerir que qualquer objetividade que possamos perceber é fundada de maneira relacional e inscrita no social. Com Wittgenstein, filósofo fundamental para Laclau e Mouffe, eles sustentam que a linguagem está fundamentada nas formas de vida. Enquanto que as formas de vida só podem se manifestar através da linguagem. Assim, Laclau, rechaça qualquer distinção entre práticas discursivas e não-discursivas (LACLAU, 2000). Não há fora do discurso. Permitam-me ler uma passagem esclarecedora dos autores em hegemonia e estratégia socialista:

a.El hecho de que todo objeto se constituya como objeto de discurso no tiene nada que ver con la cuestión acerca de un mundo exterior al pensamiento, ni con la alternativa realismo/ idealismo. Um terremoto o la caída de un ladrillo son hechos perfectamente existentes en el sentido de que ocurren aquí y ahora, independientemente de mi voluntad. Pero el hecho de que su

especificidad como objetos se construya en términos de «fenómenos naturales» o de «expresión de La ira de Dios», depende de la estructuración de un campo discursivo. Lo que se niega no es la existencia, externa al pensamiento, de dichos objetos, sino la afirmación de que ellos puedan constituirse como objetos al margen de toda condición discursiva de emergencia. b. En la raíz del prejuicio anterior se encuentra un supuesto que debemos rechazar: el del carácter mental del discurso. Frente a esto, afirmaremos el carácter material de toda estructura discursiva (LACLAU, MOUFFE, 1986, p. 182 e 183)

Sendo assim, pensar em termos de discurso significa romper com qualquer expectativa de encontrar simplesmente o “real”, o “verdadeiro”, o “correto”, o “objetivo”. Mas, também significa romper com o puro idealismo. Estamos no terreno da fenomenologia que toma “*o fenômeno enquanto um ponto que estabelece um contato entre “a coisa” e a “mente”*” (LACLAU e MOUFFE, 1986, p. 1983). “*Aqui a percepção é um nível fundante mais primário que o Cógito*” como nos sugeriu Merleau-Ponty (LACLAU e MOUFFE, 1986, p. 183).

Com tudo isso, podemos dizer que os autores rompem, com as expectativas que movem o discurso científico. Em que pese as diferenças conceituais entre Laclau e Mouffe e Foucault (este último prevê uma distinção entre elementos discursivos e não discursivos) o autor tem uma relevância fundamental para as teorias do discurso, sobretudo, naquilo que se refere ao discurso da ciência.

Foucault escreveu em “A Ordem do Discurso” (1997) que a história do conhecimento ocidental desde que rompeu com o pensamento sofismático dos pré-socráticos, vem caminhando para a junção entre a “vontade de saber” que move o pensamento no sentido do produzir conhecimento e a “vontade de verdade” que significa a expectativa de chegar a um conhecimento perene.

Em sua teoria do discurso, o autor produziu uma contribuição importante ao trazer de Nietzsche a análise genealógica (que neste foi a da moral) para analisar o poder. Com isso, também contribuiu para analisar as formações discursivas que se enfeixam em cadeias formando discursos como sistemas de coerção. Foucault avaliou as condições de aparição de discursos, de crescimento e variação.

Ao analisar, por exemplo, o discurso da sexualidade ele buscou compreender como ela é tratada, nomeada, descrita, metaforizada, explicada e julgada. Além disso, percebeu também que os discursos estão entrelaçados em outras formações discursivas do social. Assim, o discurso da sexualidade está presente no discurso literário – discurso religioso – discurso ético – discurso biológico – discurso médico – discurso jurídico - Cada um limita, significa, julga e reforça a sexualidade de uma forma.

Outro autor que contribuiu para as análises de discurso foi Roland Barthes. Tendo inaugurado o próprio campo da semiologia o autor tem uma importância fundamental na ideia de “naturalização” dos sentidos. Essa explicação o autor elabora a partir da diferenciação entre denotação e conotação. A primeira, ele identifica com a linguagem natural, sem segundo sentido. A segunda, ele identifica com a linguagem do mito, aquela que encobre a verdade. A linguagem conotativa seria a construção “naturalizada”, aquilo que tomamos como natural sem ser. Estas explicações presentes no livro “Mitologias” (publicada em 1957) são reformuladas mais tarde em “s/z” (publicada em 1970) e causam ainda mais impactos nas teorias do discurso. A reformulação sugere que também a denotação implica em um processo de “natural construído”, ou seja, não há um sentido natural original, todo o sentido é construído na história, e apreendido como natural.

Daí nós chegamos à outra característica fundamental para o pós-estruturalismo, qual seja, o seu radical comprometimento com o anti-essencialismo. Romper com o essencialismo significa entender que nenhum discurso, identidade ou formação social, são necessários. Esse aspecto rompe com as proposições teóricas fundacionistas e teleológicas. Se nenhuma formação discursiva é necessária, nada garante a sua estabilidade. Esse aspecto é explicado por Laclau através da noção de contingência.

Mas, o que é o determinante se as relações são contingenciais e não necessárias? O determinante está no aspecto relacional. Assim, trata-se da ideia de que não existe nenhuma determinação essencial nas categoriais sociais. As relações de poder se estabelecem por meio das contingências nas quais são fundadas, que, por sua vez, implicam outras relações contingenciais. O autor distingue a “contingência” do “acidente”, no sentido aristotélico. O acidente, segundo Aristóteles, não tem uma causa determinada, senão o acaso; é como, por exemplo, ao cavar um buraco encontrar um tesouro (LACLAU, 2000, p. 35).

A contingência está associada ao encaminhamento dado pelo cristianismo à noção de acidente. Segundo Laclau (2000, p. 36), “*Contingente es aquel ser cuya esencia no implica su existência*”. Ou seja, se, por um lado, para a filosofia aristotélica o acidente está na impossibilidade de atribuir uma causa exterior ao ocorrido, na noção de contingência o ato original de criação é exterior àquilo que é criado; essa exterioridade implica a contingência. Nas palavras do autor: “em sendo criado é”¹

¹ Tradução minha de “ens creatum es”.

(LACLAU, 2000, p. 36). Assim, rompendo com qualquer essencialismo e apontando os limites da razão, o autor pressupõe o reconhecimento da historicidade do ser e do caráter humano e discursivo da verdade. É desta forma que Laclau e Mouffe apontarão para o caráter socialmente construído de toda a objetividade.

Para entender a forma como essas relações operam, criando identidades e significações a ideia de “exterior constitutivo” de Derrida e a noção “Outro” de Lacan são também fundamentais. O Outro é o exterior que me constitui. Essa constituição se dá pela negação, ou impedimento. O outro é o que não permite que eu me constitua plenamente. Eu sou contingencial ao outro...

Laclau (1986) nos oferece um exemplo:

vários estudos recentes tem mostrado que modo o “oriente” é simplesmente o resultado do discurso orientalista dos acadêmicos ocidentais. A unificação da Índia, China, Islam, em uma entidade única só pode dar-se sobre a base do estabelecimento de uma relação de equivalência entre as características culturais dos povos – equivalência que se funda tão somente no fato puramente negativo de que nenhum deles é “ocidental”.

Cumprir dizer que é na noção de contingência que reside o elemento de maior relevância para a proposição de um projeto de democracia radical. A contingência permite pensar que nunca há um fechamento completo dos discursos. Não há a possibilidade do fechamento do social, é nesse sentido que eles afirmam que a sociedade é impossível. A contingência promove o caráter indecidível que Derrida afirmou.

Um problema, porém, permanece insolúvel: o que é que garante a separação entre as diferentes posições de sujeito. A resposta é: nada — nenhuma delas é imune à ação das outras. A diferenciação relaciona-se, certamente, com a impossibilidade de se estabelecer uma conexão necessária e prévia entre elas; mas isto não significa a inexistência de esforços constantes para estabelecer entre elas conexões variáveis e historicamente contingentes. Não há nenhuma ligação necessária entre o racismo e a militância por parte de trabalhadores brancos. Todavia, em diferentes momentos, haverá discursos que tentarão fornecer uma articulação entre os dois, a partir de pontos de partida politicamente opostos — os imigrantes poderão ser descritos como estrangeiros que chegam para roubar os empregos dos cidadãos brancos, ou, então, o racismo poderá ser descrito como uma ideologia que tenta fomentar sentimentos de xenofobia, no interesse dos capitalistas. Toda posição de sujeito é assim organizada no âmbito de uma estrutura discursiva essencialmente instável, já que está sujeita a práticas articulatórias as quais, de pontos diferentes de partida, a subvertem e a transformam (LACLAU, 1986, p. 45).

Nesse sentido, Laclau (1986, p. 47) diz que “não há nenhuma posição de sujeito cujas conexões com as outras posições possam ser permanentemente asseguradas; e, por consequência, não há nenhuma identidade social integralmente adquirida que não esteja sujeita, em maior ou menor escala, à ação de práticas articulatórias” que as modifiquem.

Nesse sentido há uma ruptura total com qualquer posição teleológica, com a ideia de fim da história, ou da existência de um projeto último de sociedade. Esse aspecto irá aproximar muito esses autores das concepções decoloniais do grupo modernidade/colonialidade.

Para retornar a questão da ciência devo dizer que...

Os autores do pós-estruturalismo relutam por admitir qualquer condição científica para seus próprios trabalhos. Barthes em “A aula”, fala proferida no momento inaugural de seu ingresso no Colégio de França em 1977, diz o seguinte (1978, p.3):

Eu deveria começar por interrogar-me acerca das razões que inclinaram o Colégio de França a receber um sujeito incerto, no qual cada atributo é, de certo modo, imediatamente combatido por seu contrário. Pois, se minha carreira foi universitária, não tenho entretanto os títulos que dão geralmente acesso a tal carreira. E se é verdade que, por longo tempo, quis inscrever meu trabalho no campo da ciência, literária, lexicológica ou sociológica, devo reconhecer que produzi tão somente ensaios, gênero incerto onde a escritura rivaliza com a análise.

Também Michael Foucault (1996, p.7) em sua aula inaugural expressou esse estranhamento na construção imaginária daquilo que seria o desejo conversando com a instituição ele diz:

Eu não queria ter de entrar nesta ordem arriscada do discurso; não queria ter de me haver com o que tem de categórico e decisivo; gostaria que fosse ao meu redor como uma transparência calma, profunda, indefinidamente aberta, em que os outros respondessem à minha expectativa, e de onde as verdades se elevassem, uma a uma; eu não teria senão de me deixar levar, nela e por ela, como um destroço feliz.

Lacan também construiu seus conceitos, frases e explicações em terrenos limosos onde cabem muitos sentidos, muitas interpretações, bem diferente daquilo que o discurso científico requer. Em certo sentido essa escrita pode ser considerada parte de seu próprio método já que gostaria de evidenciar a todos a, apenas precária, fixação entre significante e significado.

Esses autores de maneira geral negligenciam os problemas pelos quais as ciências são tomadas. Para eles a tentativa de construir uma ciência é uma tentativa ideológica. Participar do projeto da ciência significa, nesse sentido, endossar um discurso que pretende encontrar a objetividade, sua essência. De forma mais direta e menos charmosa Mouffe e Laclau têm sustentado a necessidade de um retorno à filosofia política. Eles têm denunciado que a política enquanto ciência criou ilusões de

neutralidade e de um acesso a certa objetividade que acaba (em verdade) precisando ser construída para que efetivamente possa ser encontrada.

As teorias do discurso de Laclau e Mouffe nos possibilitam evidenciar nas relações políticas os pontos de exclusão. Para eles não se trata de eliminar as formas de poder (isso não é possível). É possível (e desejável) a existência de múltiplas ideologias. Mas, é fundamental que elas estejam explícitas. É isso que a desconstrução possibilita.

Referências:

- BARTHES, Roland. (1978), Aula. Trad. de Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix. 1978.
- _____. (1993) Mitologias. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 9a edição, 1993.
- _____. (1992) S/Z. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. Tradução de Léa Novaes. 1992 (p. 49-65; pg. 281-286; pg. 301-306)
- FOUCAULT, M. A Ordem do Discurso. São Paulo: Loyola, 1996.
- _____. A arqueologia do Saber. ed.7°. Tradução Luiz Felipe Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- _____. (1995) As Palavras e as Coisas. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 6a edição, Tradução de Salma Tannus Muchail. 1995.
- LACLAU, E.; MOUFFE, C. Hegemony and Socialist Strategy: Towards a radical democratic politics. London: Verso, 1986.
- LACLAU, Ernesto. Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo. 2. ed. Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision, 2000.
- _____. Os Novos Movimentos Sociais e a Pluralidade do Social. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 41-47, out. 1986.
- _____, Butler, Judith & Žižek, Slavoj. (2000), Contingency, hegemony, universality: contemporary dialogues on the left. London: Verso. 2000.
- PINTO, Céli R. J. Com a palavra o Senhor Presidente José Sarney: ou como entender os meandros da linguagem do poder. São Paulo: Hucitec. 1988
- _____. Elementos para uma análise de discurso político. Barbarói (USCS), v. 24, p. 87-118, 2006